

Demonstrações Contábeis

Encerradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Associação Educadora São Carlos - AESC



Sumário

Relatório da Administração - 2019	03
Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018	
Balanço Patrimonial	07
Demonstração do Resultado do Exercício	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	12
Parecer do Conselho Fiscal	18
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2019

A Associação Educadora São Carlos – AESC, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da AESC, considerando que o desempenho em 2019 se mostrou dentro do esperado para o cenário econômico ainda desfavorável e em um contexto de transformação interna, vem prestar esclarecimentos sobre os fatores que contribuíram para os resultados de 2019, bem como as ações em curso no sentido de propiciar melhorias nos exercícios subsequentes.

Contexto Institucional e Operacional

A **ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC**, anteriormente denominada Sociedade Educadora e Beneficente do Sul – SEBS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1962, com a finalidade de prestar serviços em saúde, educação e assistência social é regida por seu Estatuto e pelas demais disposições legais aplicáveis. Possui sede no município de Caxias do Sul, RS, e está inscrita no CNPJ sob nº 88.625.686/0001-57. É portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), conferido pela Portaria SAS/MS nº 907, de 19 de maio de 2017.

A iniciativa de sua fundação partiu da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas que chegaram ao Rio Grande do Sul, no ano de 1915, com a finalidade de atender, de modo particular, pessoas migrantes fragilizadas na sua condição socioeconômica e cultural desde suas localidades de origem. Essas populações em mobilidade situavam-se em regiões periféricas do Estado, em condições precárias de sobrevivência e com dificuldades de inserção numa sociedade em vias de industrialização. Hoje, essa situação está se repetindo, em diversos pontos do país e fora dele.

A AESC é uma instituição sustentável e inovadora, com práticas de Governança Corporativa e lideranças empreendedoras, cujos valores baseiam-se na acolhida, fraternidade, esperança, compaixão, universalidade e itinerância. Busca operar de acordo com princípios de gestão fundamentados na ética, no conhecimento, na competência, no profissionalismo e na sustentabilidade. Mantém seu compromisso social, seguindo a legislação vigente e está interconectada com os públicos, no desenvolvimento de ações de impacto por uma qualidade de vida comprometida com as gerações futuras.

Na área da Saúde, a AESC opera através de Hospitais e Unidades de serviço em saúde, nos municípios de Porto Alegre, Torres e Capão da Canoa, mantendo relações com a União, Estado do Rio Grande do Sul e Municípios, com o objetivo de ofertar de modo complementar ações e serviços de assistência à saúde que contribuam para a consolidação da **Política-Pública de Saúde do Sistema Único de Saúde-SUS**. Essa estratégia está alinhada à missão institucional de desenvolver projetos de cunho social, o que faz parte de sua razão de existir e, também, cumprir com as determinações legais das entidades beneficentes de assistência social. Além da sua expressiva atuação hospitalar e

ambulatorial, a AESC está alinhada com as estratégias do Ministério da Saúde, sendo participe das políticas de **Atenção às Urgências e Emergências, Atenção ao Parto e Nascimento, Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Outras Drogas e Centro de Especialização e Reabilitação intelectual e auditiva.**

Na área da Educação, opera com escolas de Educação Básica, que inclui Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, Farroupilha e Santa Vitória do Palmar. A proposta pedagógica das escolas está voltada à formação inclusiva e à prática da autonomia, e tem como objetivo uma educação de qualidade e de excelência, cujas ações enfatizam a valorização de um ensino construtivo e interativo, baseado em práticas da metodologia ativa, desenvolvidas a partir da vivência dos educandos. São fornecidas bolsas de estudo integrais e parciais possibilitando o acesso a uma educação igualitária, de acordo com as determinações legais das entidades beneficentes de assistência social.

A Associação Educadora São Carlos - AESC, no atendimento às suas finalidades, amplia sua atuação, no desenvolvimento de **Programas de Responsabilidade Social,** com o intuito de promover e disseminar junto às comunidades de entorno dos estabelecimentos da AESC, os valores e princípios institucionais, por meio de ações de livre iniciativa voltadas ao protagonismo, emancipação, e orientação de itinerários para acesso aos serviços do Estado. Atua no fomento, na produção e na disseminação de conhecimentos científicos e interdisciplinares sobre as migrações e os deslocamentos forçados e processos afins, em uma perspectiva de respeito e promoção da dignidade humana e do protagonismo de migrantes e refugiados, rumo a um mundo mais justo.

O Contexto Econômico e as Perspectivas Futuras

De acordo com o IBGE, em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,1%, impulsionado principalmente pelos setores de serviços e de agropecuária, atingindo o valor de R\$ 7,3 trilhões. Em 2019, o setor de serviços, que respondeu por quase 63% do PIB, cresceu 1,3% em relação a 2018, enquanto o comércio avançou 2,2%, puxado pelo aumento do consumo das famílias. A indústria brasileira, teve uma expansão modesta ao final do ano, de 0,5% na produção.

Os fundamentos da economia, como queda da inflação e queda das taxas de juros aumentaram o nível de confiança de empresários e consumidores, ao ponto de se perceber retomada de investimentos na atividade econômica a partir do 2º semestre. Os efeitos sobre emprego e renda começaram a mostrar sinais de recuperação continuada, porém ainda aquém da expectativa dos setores empresariais.

Em 2019, a AESC começou a sentir os efeitos deste contexto de melhora, particularmente na área da Saúde, nossa atividade mais representativa, com melhoria da atividade e aumento da demanda, apesar da pressão crescente por parte das operadoras de planos de saúde, para redução dos preços dos serviços assistenciais oferecidos. A inovação e o aumento dos custos dos insumos hospitalares, decorrentes da inflação ou da desvalorização cambial, contribuíram ainda para o aumento dos custos de servir.

Algumas iniciativas importantes permitiram melhorar o nível de eficiência operacional e minimizar os impactos negativos da conjuntura econômica, como a renegociação de condições comerciais com as operadoras de saúde, a reestruturação organizacional da

gestão na área da saúde, a definição de novos modelos de relacionamento com o corpo médico dos hospitais, a racionalização no uso dos insumos, a intensificação do uso da tecnologia na assistência ao paciente e na operação hospitalar.

O resultado destas ações viabilizou a realização dos investimentos necessários à manutenção das atividades e dos atendimentos em todas as unidades, nos padrões de qualidade e segurança que sempre caracterizaram a AESC.

É consenso entre os analistas de mercado, que as perspectivas para 2020 são boas, a despeito das incertezas políticas e das dificuldades fiscais do país, com boas perspectivas para a aprovação da reforma Tributária ainda este ano. Segundo economistas, o crescimento da ordem de 2,3% em 2019 é factível, em havendo a continuidade da recuperação do consumo das famílias e o aumento dos investimentos.

A inflação continua benigna, muito em função da capacidade ociosa ainda disponível, com possibilidade de juros baixos por muito tempo, o que deverá permitir uma aceleração do crescimento sem pressões inflacionárias. O mercado de crédito e o trabalho formal devem se recuperar mais fortemente em 2020. Pelo lado da oferta, todos os setores deverão ter aumento em sua taxa de crescimento, com destaque para a agropecuária, que deverá crescer 3,8%. O cenário externo deve se manter volátil, com pressão sobre o câmbio ou preços, mas ainda com muita liquidez, o que dá margem para o país avançar no tema do ajuste fiscal.

A grande incógnita que a partir de março começou a preocupar este cenário favorável de 2020, é o efeito do COVID-19 sobre a economia mundial e local. Os analistas, ainda permanecem cautelosos, porém acreditam que os impactos sobre as economias mundiais serão significativos, o que pode representar uma nova ameaça de um ciclo recessivo na nossa economia.

Governança Corporativa e a Agenda de Transformação

A AESC, desde 2013, vem desenvolvendo um intenso programa de implementação de boas práticas de Governança Corporativa, alicerçadas nos seus princípios básicos de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, que garantissem proteção à AESC contra riscos institucionais de diversas naturezas. A AESC estruturou e investiu na formação e na profissionalização de importantes áreas da sua Governança – Assessoria Jurídica, Gestão de Riscos e Compliance, Gestão da Filantropia e Registros, Gestão do Patrimônio e Controladoria Operacional e Estratégica. Na esteira desse processo, foram tomadas ações no sentido de consolidar a presença nas principais áreas de atuação e garantir melhoria nos resultados para o ano de 2019 e subsequentes.

Na área da Saúde, foram investidos recursos superiores a R\$ 20 milhões na implantação de importantes projetos estratégicos, como o Hospital Santa Ana e a rede de atendimento psicossocial – CAPS, além de diversos planos de ação em todos os setores do Hospital Mãe de Deus, do Hospital Santa Luzia e do Hospital N. Sra. dos Navegantes.

Estes investimentos permitiram que, em 2019, a AESC intensificasse o atendimento de pacientes SUS em unidades próprias e exclusivas da AESC, atingindo a meta de quase 63% de filantropia, e também que os hospitais com foco no segmento privado, como o Hospital Mãe de Deus, o Hospital do Câncer Mãe de Deus e o Hospital Giovanni Battista mantivessem as suas participações de mercado e conseqüente aumento das receitas, ampliação nos níveis de acesso em busca de uma melhor rentabilidade.

Neste curto espaço de tempo, revitalizamos a estratégia e reposicionamos as marcas do Hospital Mãe de Deus, formamos parcerias estratégicas com outras instituições de prestígio em áreas chave de atuação para a AESC. Promovemos reformas de espaços críticos e fundamentais do Hospital Mãe de Deus – como Maternidade, Centro Cirúrgico e UTI, e demos continuidade ao desenvolvimento do projeto de revitalização do Hospital Mãe de Deus, com base no Plano Diretor desenvolvido, e assim, as reformas pudessem ocorrer a partir de 2021.

Na área da Educação, de forma análoga, buscou-se implantar um conjunto de projetos táticos e estratégicos que resultassem em melhoria da qualidade pedagógica e do crescimento sustentável, como a expansão da rede e o emprego da metodologia ativa de ensino e aprendizagem, e proporcionassem uma maior representatividade da área de Educação nos resultados da mantenedora.

Não menos importante, nos últimos anos, patrocinamos uma significativa otimização dos custos operacionais da AESC (salários, materiais e insumos), além da eliminação de desperdícios, sem perda dos padrões de qualidade de serviços oferecidos para os hospitais e colégios. Neste sentido, avançamos nas melhorias do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) para atender toda a AESC, contemplando atividades comuns a todas as atividades – Gente e Desenvolvimento, Comunicação Corporativa, Gestão de Projetos, Tecnologia e Soluções, Finanças, Contabilidade e Faturamento.

A maior parte destas iniciativas foi implantada durante os anos de 2018 e 2019, com significativo impacto sobre o resultado da AESC em 2019, quando ultrapassamos a meta de 25 mil atendimentos mensais. Os benefícios foram percebidos durante 2019, com a padronização das entregas, a redução de custos e a expansão da capacidade de servir da AESC.

Agradecimentos

Em síntese, este relatório representa a percepção da Administração em relação ao resultado e espera ter, basicamente, contribuído ao entendimento dos motivos e ações em curso para continuar melhorando o desempenho da Instituição.

Assim, a Associação Educadora São Carlos – AESC sente-se honrada em agradecer aos clientes, fornecedores, instituições financeiras, órgãos governamentais, associadas, comunidade em geral e a todos que contribuem para o seu desempenho e, de forma especial, aos colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento dispensados, essenciais para o avanço da nossa missão, fortalecimento da instituição e alcance de nossos resultados.

Caxias do Sul, 17 de março de 2020

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Balanço Patrimonial

ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - "AESC" BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	2019	2018
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	302.843	291.423
Caixa e Equivalentes de Caixa	53.197	32.047
Caixa	56	77
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	2.859	1.159
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	10	8
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	42.387	24.755
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição	7.885	6.048
Créditos	237.028	248.791
Créditos Hospitalares a Receber	118.831	111.821
Créditos Educacionais a Receber	2.589	2.571
Convênios e Subvenções a Receber	126.337	142.137
(-) Perdas Estim. Créditos Liq. Duvidosa	(19.237)	(17.547)
Créditos a Compensar	78	1.394
Créditos C/Funcionários	1.099	1.246
Outros Créditos	7.331	7.169
Estoque	12.043	10.016
Despesas do Exercício Seguinte	575	569
ATIVO NÃO CIRCULANTE	420.403	386.106
Depósitos Rest. e Valores Vinculados	9.206	7.285
Contas a Receber	71.381	68.697
Convênios e Subvenções a Receber	74.007	33.920
Outras Contas a Receber	3.678	5.567
Investimentos Permanentes	7.696	5.915
Imobilizado	254.305	264.607
Bens Intangíveis	130	115
TOTAL DO ATIVO	723.246	677.529

PASSIVO

	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	295.931	287.280
Empréstimos e Financiamentos	31.693	31.280
Fornecedores	60.512	70.683
Obrigações Tributárias	4.939	4.920
Obrigações Trabalhistas	37.295	33.017
Contas a Pagar	8.251	1.733
Provisões para Contingências	29.665	43.610
Convênios e Subvenções	122.348	100.937
Receitas Antecipadas	1.228	1.100
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	227.794	175.471
Empréstimos e Financiamentos	100.479	74.194
Provisões para Contingências	52.094	35.813
Convênios e Subvenções	74.121	63.264
Receitas Antecipadas	1.100	2.200
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.521	214.778
Patrimônio Social	214.778	220.316
Déficit do Período	(15.257)	(5.538)
TOTAL PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	723.246	677.529

Demonstração do Resultado do Período

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO		
	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	667.664	579.573
Atividade Hospitalar	511.639	505.344
Atividades Escolares	19.451	17.212
Subvenções Governamentais	69.356	52.505
Donativos e Contribuições	1.021	1.698
Gratuidades	66.197	2.814
(-) DEDUÇÕES	(12.810)	(18.381)
Dev., Desc., Abat e Glosas	(9.635)	(15.567)
Gratuidades Educacionais	(3.175)	(2.814)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	654.854	561.192
(-) CUSTOS OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS	(534.573)	(452.547)
Custo com Atividade Hospitalar	(522.687)	(442.432)
Custo com Atividade Educacional	(11.859)	(9.526)
Custo com Assistência Social	(27)	(589)
(=) SUPERÁVIT BRUTO	120.281	108.645
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(135.538)	(114.183)
(-) Despesas Comerciais	(14.981)	(15.338)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(112.496)	(97.818)
(-) Despesas com Provisões	(11.415)	(15.007)
(-) Despesas Tributárias	(724)	(503)
(-) Despesas Financeiras	(13.366)	(16.203)
(+) Receitas Financeiras	8.381	12.354
(-) Outras Despesas Operacionais	(3.614)	(4.381)
(+) Outras Receitas Operacionais	12.677	22.713
(=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(15.257)	(5.538)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operações:		
Déficit do Período	(15.257)	(5.538)
Ajustes para Reconciliar o Resultado do Período		
Depreciação/Amortização	24.746	20.453
Déficit Ajustado	9.489	14.915
Diminuição (Aumento) nos Ativos Circulantes	(32.215)	50.479
Baixa de Bens do Imobilizado	859	4.604
Créditos a Receber	(7.028)	26.900
Convênios e Subvenções a Receber	(24.286)	78.455
(-) Perdas Estimadas Créditos Liq. Duvidosa	1.690	(5.889)
Créditos a Compensar	1.315	2
Contas a Receber	1.873	(1.764)
Estoques	(2.027)	1.796
Despesas do Exercício Seguinte	(6)	(152)
Depósitos Judiciais	(1.922)	(2.111)
Cobranças Judiciais	(2.683)	(51.362)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	34.278	(25.962)
Fornecedores	(10.170)	(1.142)
Obrigações Trabalhistas	4.278	910
Obrigações Tributárias	19	420
Contas a Pagar	6.518	(3.165)
Provisões	2.337	(6.073)
Receitas Antecipadas	(972)	(1.100)
Recursos de Convênios em Execução	32.268	(15.812)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	11.552	39.432
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Pagamento pela Compra de Imobilizado	(17.074)	(64.443)
Investimentos	(26)	(5.474)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(17.100)	(69.917)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Empréstimo de Curto Prazo	413	(6.834)
Empréstimos de Longo Prazo	26.285	27.785
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	26.698	20.951
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	21.150	(9.534)
Acréscimo Líquido das Disponibilidades	21.150	(9.534)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	32.047	41.581
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	53.197	32.047

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mutações	Patrimônio	Social	Superávit/Déficit do Período	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2017		203.454	16.862	-	220.316
Transferência Patrimonial		16.862	(16.862)	-	-
Déficit do Período			(5.538)	-	(5.538)
Saldo em 31/12/2018		220.316	(5.538)	-	214.778
Transferência Patrimonial		(5.538)	5.538	-	-
Déficit do Período			(15.257)	-	(15.257)
Saldo em 31/12/2019		214.778	(15.257)	-	199.521

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Contexto Operacional – Associação Educadora São Carlos – AESC é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, registrada no CNAS sob nº 058.870/62, reconhecida de utilidade pública pelos decretos: federal nº 1.892/62, estadual nº 13.793/62 e municipal nº 1.158/62 e do DF 27.414.

De acordo com suas finalidades, a AESC exerce sua missão através de ações destinadas à assistência da pessoa nas comunidades necessitadas de seus serviços, e à população carente e economicamente desassistida, em especial os migrantes, as crianças, os adolescentes, a juventude, os doentes, as famílias e os trabalhadores:

- a) mantém e desenvolve programas de educação formal;
- b) mantém, desenvolve, coordena e executa serviços e ações de saúde através de educação, prevenção, diagnóstico, reabilitação e pesquisa médica-científica, em âmbito hospitalar, ambulatorial e comunitário;
- c) mantém, programa, coordena e executa serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de forma gratuita e em caráter continuado, permanente e planejado.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das sociedades por ações (Lei 6404/76 e alterações), legislação específica aplicável a entidades de fins não econômicos (Lei 12.101/09 e regulamentação) e normas brasileiras de contabilidade, mais especificamente a Resolução 1.409/12.

Nota 3 – Descrições das principais práticas contábeis:

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez.
- b) **Estimativas de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD** - Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade.
- c) **Estoques** – Foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares, produtos de conservação e consumo, higiene, rouparia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.
- d) **Imobilizado** – Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação. A depreciação foi calculada com base na depreciação societária, estimada com base na vida útil dos bens, bem como a manutenção de valor residual, baseado no pronunciamento técnico emitido a partir da Lei nº 11.638/07 (CPC 27).

- e) **Obras em Andamento** – São constituídas pelo custo do projeto acrescidas de custo de mão-de-obra e aquisições de materiais. Os valores de obras já prontas são transferidos para as contas do imobilizado adequadas.
- f) **Impairment de ativos não financeiros** - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.
- g) **Direitos e obrigações** – Quando aplicáveis, atualizados à taxa de câmbio e juros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.
- h) **Os ativos e passivos** com vencimentos até 360 dias estão demonstrados no circulante.
- i) **As receitas e despesas** – Foram apuradas através de comprovantes hábeis e reconhecidas de acordo com o regime de competência do exercício.
- j) **Demonstração do Fluxo de Caixa** – Foi elaborada em conformidade com a NBC TG13 e com a NBC TG 03R3 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.
- k) **Demonstração dos Resultados Abrangentes** – Foi incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

Nota 4 – Do Cumprimento do Artigo 14 do CTN

A **Associação Educadora São Carlos – AESC** aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 10º, e também não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações de qualquer natureza ou parcelas do seu patrimônio, direta ou indiretamente, aos seus associados ou a terceiros, de acordo com o artigo 11º do mesmo estatuto.

Nota 5 – Não Circulante - Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão representados como segue:

Composição	2019	2018
Depósitos Rest. e Valores Vinculados	9.206	7.285
Contas a Receber	71.381	68.697
Convênios e Subvenções a Receber	74.007	33.920
Outras Contas a Receber	3.678	5.567
Total	158.272	115.469

Nota 6 – Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão representados como segue:

IMOBILIZADO	2019	2018
Terrenos	30.696	27.286

Edificações	191.418	174.336
Software e Aplicativos	40	40
Máquinas e Equipamentos	104.662	102.329
Instalações	11.493	9.996
Móveis e Utensílios	15.735	16.376
Veículos	1.327	1.375
Outros	33.620	6.179
Obras em Andamento	29.932	74.157
Valor Original	418.923	412.074
Depreciação Acumulada	(164.618)	(147.467)
Total Imobilizado	254.305	264.607

Nota 7 – Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão representados como segue:

Fornecedores	2019	2018
Passivo Circulante	60.512	70.683
Exigível a Longo Prazo	-	
Total	60.512	70.683

Os fornecedores em moeda nacional representam obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no mercado interna ou externo, no curso normal das operações, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período até 360 dias. Caso contrário, são classificados como passivo não circulante.

Nota 8 – Financiamentos e Empréstimos

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão representados como segue:

Financiamentos e Empréstimos	2019	2018
Moeda Nacional	122.402	93.053
Moeda Estrangeira	9.770	12.421
Total	132.172	105.474
Passivo Circulante	31.693	31.280
Exigível a Longo Prazo	100.479	74.194
Total	132.172	105.474

Os financiamentos e empréstimos em moeda nacional vencem entre janeiro de 2020 e setembro de 2025, com custo médio de CDI+2,38% a.a. pós-fixado na maior parte das operações (95%) e a taxa pré-fixada de 16,77% a.a. para o restante dos contratos, sendo essas operações contratadas através do Programa FUNAFIR (Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados sem fins lucrativos e Hospitais Públicos), onde a amortização e o pagamento dos encargos são de responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul. Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram concedidos títulos de créditos pelo saldo financiado, e/ou alienação fiduciária, e/ou penhor de direitos creditórios, e/ou notas promissórias e/ou aval da Mantenedora. A instituição não possui garantias hipotecárias para os empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos em moeda estrangeira vencem entre janeiro de 2020 e maio de 2024. Em 58% das operações as taxas de juros contratadas situam-se entre 4,29%a.a. e 4,76% a.a. acrescidas de Libor 90 dias. Para o restante das operações (42%) a taxa de juros contratada é de 5,85%a.a.

Nota 9 – Provisão para Contingências

A entidade responde a algumas reclamationes trabalhistas e ações judiciais cíveis, assim como sustenta processos judiciais questionando a exigibilidade de alguns tributos e/ou contribuições previdenciárias frente às imunidades/isenções decorrentes de sua condição de entidade sem fins lucrativos e portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, constituindo-se como sendo o principal o processo de Ação Ordinária nº 5027875-36.2014.4.04.7107 intentado em anteposição à Execução Fiscal nº 5028388-04.2014.4.04.7107, ambos da Justiça Federal de Caxias do Sul – RS, os quais, quando cabível, são amparados por depósitos judiciais ou bens dados em garantia, cujo desfecho e composição de valores dependem do sucesso de teses jurídicas que estão sendo defendidas. Com base na opinião de sua assessoria jurídica, fundamentada nas circunstâncias específicas de cada ação ou impugnação, a entidade, se valendo do que dispõe a NBC TG 25 R2, aprovada pela resolução CFC nº 1.180/2009, constituiu provisão no valor de R\$81.759.441,50, considerada suficiente para cobrir os correspondentes passivos contingentes relativos às ações e impugnações para as quais as chances de perdas são consideradas prováveis e com previsão de descaixe financeiro para os anos de 2020 e 2021 em diante. Ainda de acordo com a mesma opinião, as causas avaliadas com possíveis perdas foram estimadas no valor de R\$ 454.251.332,00.

Nota 10 – Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

Nota 11 – Filantropia

- a)** Títulos Declaratórios – A AESC é portadora de Certificado de Entidade Beneficente em Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), conferido pela Portaria DCEBAS/SAS/MS nº 907, de 19 de maio de 2017, com vigência para os exercícios 2017-2019. Possui ainda, Declarações de utilidade Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- b)** Em atendimento a Lei 12.101/2009, a AESC concedeu no exercício de 2019, 219 bolsas de estudos integrais, 249 bolsas de estudo parciais de 50% e 19 bolsas de benefícios complementares – limite de até 25% do total de bolsas integrais, no total de 1.581 alunos pagantes, conforme quadro abaixo:

Educação Básica - 2019 /2018 Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)	2019	2018
Total de alunos matriculados (a)	2003	1994
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	219	232
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009) (b)	219	232

Alunos inadimplentes (c)	76	57
Alunos pagantes: (a) - (b) - (c)	1708	1705
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	249	211
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	249	211
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral	17	20
Verificação do atendimento aos artigos 12,13-A e 13-B da Lei 12.101/2009)		
Quantidade mínima de bolsas 1/5?	Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9?	Atendido	Atendido
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)	Atendido	Atendido

- c) Prestação de Serviços ao SUS – A administração da AESC informa que está atendendo aos requisitos definidos na Lei nº 12.101/2009 e normatizações aplicáveis à certificação das entidades beneficentes de assistência social, pela prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) na forma prevista no art. 4º, e aplicação de percentual de sua receita bruta em ações pactuadas com o Gestor Público no Convênio Pref./POA nº 65.579/2017 e Termo de Colaboração Pref/POA nº 67.834/2018, conforme descrito no art. 8º daquela mesma lei.

Pacientes/Dia	2019		2018	
	Quant.	%	Quant.	%
Nº Pacientes/Dia SUS	96.423	47,42%	50.709	31,42%
Nº Pacientes/Dia Não SUS	106.898		110.700	
Total Pacientes/Dia	203.321		161.409	
Atendimentos Ambulatoriais				
SUS	507.532	28,96%	656.447	22,05%
Não SUS	1.245.185		2.320.405	
Total de Atendimentos Ambulatoriais	1.752.717		2.976.852	
Linhas Estratégicas				
I - Atenção obstétrica e neonatal;	S	1,50%	S	1,50%
III - Atenção às urgências e emergências;	S	1,50%	S	1,50%
IV - Atendimentos aos usuários de álcool, crack e outras drogas	S	1,50%	S	1,50%
V - Centro Especializado em Reabilitação (CER II)	S	1,50%		
Total		6,00%		4,50%
Atendimento SUS				
Proporção pacientes/dia SUS		47,42%		31,42%
Atendimentos Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Linhas Estratégicas		6,00%		4,50%
Proporção de serviços ao SUS		63,42%		45,92%

Fonte: Arquivos de disseminação pública do DATASUS (BRASIL, 2020).

- d) Do valor de investimentos em ações de gratuidade na área da saúde, conforme descrito no art. 8º da Lei nº 12.101/2009, houve liquidação efetiva no exercício de 2019, de R\$ 39.108.207,23.

Nota 12 – Isenções Fiscais e Previdenciárias

A Entidade usufruiu dos Benefícios das seguintes Isenções:

Isenção Usufruída		
	2019	2018
Cota Patronal INSS	63.022	56.573
COFINS 3% S/Receita	20.026	17.517
Total da Isenção Usufruída	83.048	74.090

Nota 13 – Subvenções Sociais

No exercício de 2019, a Entidade recebeu Subvenções do Poder Público conforme o quadro a seguir:

Subvenções Sociais		
	2019	2018
Do Governo Federal	242	218
Do Governo Estadual	34.117	33.273
Do Governo Municipal	34.997	19.014
Total de Subvenções Sociais	69.356	52.505

O montante recebido foi para custeio e contabilizado em Receitas com Subvenções no grupo de Receita Operacional Bruta, para fazer face à manutenção de atendimentos ao Sistema Único de Saúde – SUS e Obras Sociais, sob a responsabilidade da Entidade, sendo totalmente aplicadas nas suas ações previstas estatutariamente e conforme contratos de gestão junto ao poder público.

Caxias do Sul, 31 de dezembro de 2019.

Elena Ferrarini
Diretora Presidente

Nadir Contini
Diretora Vice-Presidente

Valdéres Bergozza
Diretora Financeira

Ana Cristina dos Santos
Contadora
CRCRS Nº 046754/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Como membros do Conselho Fiscal da Associação Educadora São Carlos – AESC, na forma das Disposições Estatutárias, examinamos as operações realizadas durante o exercício, constante do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício e demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Entendemos que as mesmas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade naquela data e, neste sentido, recomendamos a sua aprovação.

Caxias do Sul, 16 de março de 2020.

Ema Bresolin

Ivanir Maria Risso

Rosemeri Bocalon

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**A Diretoria da
Associação Educadora São Carlos - AESC
Caxias do Sul – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Educadora São Carlos - AESC que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educadora São Carlos - AESC, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, conforme relatório do auditor independente, que não conteve qualquer modificação, emitido em 29/03/2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2020.

SCHIMITT AUDITORES SS
ROBSON GASS
CRCRS-2.589 CRCRS 069769/O-4

